

## EDITORIAL

---

### **Monitoramento em DhESCA: uma estratégia para garantia dos direitos**

A Plataforma DhESCA Brasil e seus parceiros irão no final do mês de fevereiro e início de março de 2007 apresentar e debater os principais instrumentos de monitoramento em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais existentes no Brasil. Será feita a avaliação do último mandato do Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos, e apresentado o relatório periódico Direitos Humanos no Brasil. Também estará em debate o contra-informe da sociedade civil relativo ao cumprimento pelo Brasil do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

O Relatório Periódico de Direitos Humanos no Brasil é um instrumento de análise de políticas públicas e de casos de violações de direitos humanos feito por organizações da sociedade civil e por grupos socialmente vulneráveis. Por sua vez, o contra-informe PIDESC analisa a forma como o Estado brasileiro cumpre com as suas responsabilidades assumidas internacionalmente relativas a esse pacto. O Projeto Relatores Nacionais de Direitos Humanos faz o monitoramento dos DhESCA no Brasil a partir de missões que vão in loco verificar violações desses direitos. A partir disso produzem relatórios que apresentam a análise da situação como as recomendações para a proteção e promoção desses direitos.

Essas diferentes formas de monitorar políticas públicas e os impactos destas nos direitos humanos no Brasil são fundamentais como instrumentos de pressão (tanto doméstica quanto internacional) para a materialização desses direitos implementada pelo Estado brasileiro. A DhESCA Brasil tem sido um dos principais atores conforme pode-se observar pelas notícias desse informativo e espera-se o maior envolvimento possível da sociedade brasileira para que tais passos sejam apenas os primeiros.

## NESSE NÚMERO

- Plataforma DhESCA Brasil foi aceita formalmente como nova integrante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa
- Plataforma DhESCA e Relatoria de Moradia em Manaus justificam medida provisória em Manaus
- Saiba mais sobre o Fundo Brasil de Direitos Humanos
- Acordo de 192 países declara proteção aos direitos das pessoas com deficiência
- Governo cria política para proteger e valorizar imagem de defensores dos direitos humanos
- Projeto Relatores Nacionais de Direitos Humanos
- Seminário de fechamento do Contra Informe PIDESC e Lançamento do Relatório Periódico

As entidades que tiverem interesse em divulgar suas ações nos próximos números, solicitamos que enviem para o email [comunicacaodhesc@yahoo.com.br](mailto:comunicacaodhesc@yahoo.com.br).

## NOTÍCIAS

---

## **Plataforma Dhesca Brasil foi aceita formalmente como nova integrante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa**

A aceitação se deu por consenso na V reunião ordinária do Comitê, realizada em Brasília no dia 04 de Dezembro de 2006. A **reunião de planejamento 2007** acontecerá em Brasília nos próximos dias 13 e 14 de março (local a ser definido).

---

## **Plataforma Dhesca e Relatoria de Moradia em Manaus justificam medida provisória em Manaus**

Na exposição de motivos que justifica a MP 334, o Ministro do Desenvolvimento Luiz Furlan cita a Plataforma Dhesca e a missão da Relatoria de Moradia em Manaus como objeto de iniciativa da proposta. A Medida Provisória trata sobre a autorização à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA para efetivar a doação de área de seu patrimônio, com a finalidade de resolver a ocupação de suas terras, objetivando ao interesse público e social junto aos ocupantes carentes.

O relatório preliminar sobre a área foi divulgado pela Relatoria Nacional do Direito Humano a Moradia Adequada (Projeto Relatores Nacionais), com apoio da ONU e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Missão da Relatoria Nacional da Moradia à Manaus (AM), em conjunto com o Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomenda-se para a denominada "Ocupação Nova Vitória" a regularização fundiária e remoção de famílias de áreas de risco.

A Medida Provisória justifica-se pela conclusão do relatório, tornando -a de caráter urgente tendo em vista a premente necessidade de assegurar dignidade e segurança à população residente da área.

---

## **Financiamento – Direitos Humanos**

### **Saiba mais sobre o Fundo Brasil de Direitos Humanos**

O Fundo foi instituído por pessoas reconhecidas nacional e internacionalmente por sua dedicação à causa dos direitos humanos no Brasil. Entre os instituidores estão Abdias do Nascimento, Margarida Genevois, Dom Pedro Casaldáliga e Rose Marie Muraro. Trata-se da primeira instituição privada do Brasil, que se propõe a criar mecanismos sustentáveis de doações de recursos voltados para a promoção e a proteção dos direitos civis, econômicos, sociais, ambientais e culturais. Tem como foco especial a todas as formas de violência institucional e de discriminação de raça/etnia/gênero. A Fundação atualmente disponibiliza recursos para projetos de organizações da sociedade civil e de indivíduos em todo o país, buscando acolher a diversidade regional e beneficiar preferencialmente aqueles com menor acesso às fontes tradicionais de financiamento.

Veja mais informações no site [www.fundodireitoshumanos.org.br](http://www.fundodireitoshumanos.org.br)

---

## Organizações Das Nações Unidas

### Acordo de 192 países declara proteção aos direitos das pessoas com deficiência

Após 5 anos de negociações, 192 Países acordaram nas Nações Unidas uma nova Convenção para proteger os direitos das pessoas com deficiência, primeiro tratado aprovado na área dos Direitos Humanos do século XXI. Segundo informações do site ONU Brasil, Esta Convenção não visa criar novos direitos, mas proíbe especificamente a discriminação sobre as pessoas com deficiência em todas as áreas da vida. Os Estados acreditam que esta Convenção, no entanto, era necessária porque as pessoas com deficiência continuam a representar um dos mais marginalizados grupos da sociedade e que os seus direitos têm sido muitas vezes ignorados ou negados em muitos países do Mundo.

O texto aprovado será agora revisto por juristas e traduzido nas línguas oficiais da ONU, esperando-se que venha a ser aprovado na próxima Assembléia Geral. Entrará em vigor quando for ratificado (por um número de países ainda não determinado). A ratificação vinculará cada país, que deverá adaptar a respectiva legislação nacional à substância da Convenção.

---

## Governo Federal

### Governo cria política para proteger e valorizar imagem de defensores dos direitos humanos

*Marcela Rebelo Repórter da Agência Brasil*

Brasília - O país tem agora uma política para proteger e valorizar a imagem dos defensores de direitos humanos. Foi publicado hoje (13) no Diário Oficial da União um decreto presidencial que aprova a política e estabelece um prazo de três meses para que seja elaborada a proposta de um Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

De acordo com o decreto, o defensor, por sua atuação, muitas vezes fica em situação de risco e sofre violação de seus direitos. Por isso, precisa ser protegido.

Entre as diretrizes da Política Nacional está a estruturação de uma rede de proteção aos defensores dos direitos humanos, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil. A política prevê também a realização de campanhas socioeducativas e de conscientização, que valorizem a imagem do defensor dos direitos humanos.

Aos defensores dos direitos humanos que já se encontram em estado de risco, a política prevê a preservação da identidade, a transferência de residência ou acomodação provisório em caráter sigiloso e a suspensão temporária das atividades funcionais.

## AGENDE-SE

---

**27.02.2007**

### **Projeto Relatores Nacionais de Direitos Humanos**

Reunião de Avaliação do Projeto de Relatores Nacionais será realizado dia **27/02/2007** – em Brasília ( local e horário a confirmar) . Estão convidados para reunião as entidades Plataforma e sua coordenação, redes apoiadoras e organização participantes da Comissão de Seleção.

**28.02.2007 a 02.03.2007**

### **Seminário de fechamento do Contra Informe PIDESC e Lançamento do Relatório Periódico**

Seminário Nacional irá discutir monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil - No próximo dia 28 de fevereiro até 02 de março, será realizado o Seminário Nacional para debater e analisar o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil. Além deste tema, também será elaborado o Contra Informe da Sociedade Civil sobre o cumprimento do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CONTRA INFORME PIDESC). Este é um evento organizado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DhESCA Brasil), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Misereor e seus parceiros no Brasil e o Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros (PAD).

No primeiro momento do Seminário acontecerá o Lançamento da publicação "Direitos Humanos No Brasil", que é o resultado da elaboração coletiva do relatório periódico sobre o tema que intitula o livro. Colaboram vários atores e entidades de todo o Brasil, constituindo-se dessa maneira em importante instrumento para dar continuidade ao monitoramento permanente dos avanços e limites na conquista universal dos direitos humanos.

## EXPEDIENTE

---

### **Assessora de Imprensa**

Ana Carolina Caldas

### **Secretário Executivo da Plataforma DhESCA Brasil**

Gabriel Jamur Gomes

Mais informações sobre a Plataforma DHESCA Brasil acesse o site:

[www.dhescabrasil.org.br](http://www.dhescabrasil.org.br)